

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.669 - RJ (2019/0269011-5)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : S DE O P (PRESO)  
**ADVOGADO** : ROSSIMAR CAIAFFA - RJ146525  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual esses têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade.

2. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica na hipótese: a prisão preventiva foi decretada em 23/01/2019, mesma data em que a denúncia foi recebida, o Acusado foi citado e já ofereceu resposta à acusação, em 05/04/2019, a carta precatória expedida foi juntada aos autos com a oitiva da testemunha, na data de 14/06/2019, foi encaminhado ofício solicitando designação de profissionais para a elaboração do estudo psicossocial, já tendo sido designada psicóloga responsável para elaboração do estudo.

3. Em consulta ao sítio eletrônico da Corte local, constata-se que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019, o que demonstra que o processo vem recebendo a devida tramitação e o encerramento da instrução é iminente, afastando, dessa forma, o alegado excesso de prazo.

4. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora